

15/06/90

Sendo 21 sessões propostas por quinze votos contra.

A proposta do deputado José Eduardo foi também rejeitada
recebendo quatro votos a favor e onze votos contra.

A proposta do deputado João Poco, finalmente, feita a vota-
ção foi aprovada com treze votos a favor.

Foi pois decidido a proposta que prevê a aprovação do Plano
de Potencialização de instalação de uma estação na freguesia
do Lago com desenvolvimento por parte da Assembleia,
estabelecer uma Comissão, dum Protocolo a concordar
entre a Câmara e os Sindicatos, que salvaguarda os
interesses do município. Indicador pelo qual foram nomeados
esses membros da Comissão os deputados Vazinha, Valéria e
Engenho.

Não havendo mais nada a tratar decidiu-se que encerrasse
a sessão, em umas duas horas, de qual se levou a acto que
vieram assinadas.

Assinatura
José Carlos Gonçalves
José Antônio da Silva Faria.

Acto número sete

Os quinze dias do mês de Junho de mil novecentos e
noventa, feitas vinte e uma horas e vinte minutos, den-
diu inicio à décimas sessões ordinárias da Assembleia
Municipal de Olta do Chão com a seguinte ordem de
trabalhos:

Número um - Informações do Senhor Presidente da Câmara
sobre a actividade municipal;

Número dois - Pedido de autorização da Câmara para con-
cretizar um empréstimo de cem mil contos;

Número três - Autorizações e votações da primeira revisão do
Orçamento do Município para o ano de mil novecentos e
noventa.

Foram aprovadas, não se constatando qualquer falta, o Presi-
dente da Câmara, Deodoro Engenho, assinou e ler a correspon-
dência recebida.

15/06/90

No Período de Sessão de ontem do dia pediu e pôs em voto o deputado José Afonso chumando a abertura para o facto de não ter sido publicado no Diário Oficial, e hajaça aprovada em Sessão anterior relativamente ao dia Mundial da Cultura. Aprovaron para perguntas se e Assembleia tinha visto referir-se na recente visita do ministro Silveira Penedo a Aldeia do Chão.

Pediu e pôs em voto o deputado António Soárez para apresentar uma proposta que visse, segundo disse, abranger fazer incentivar a conceder à juventude tendentes a um maior conhecimento do seu Concelho e a sua fixação no mesmo.

Acabou por ser unânime a proposta discursada pelo deputado José Afonso que salientou o envolvimento da população Concelheira e a iniciativa de iniciativas capazes de despertar nos aspectos culturais e sociais de modo a fixar e a interessar mais os jovens.

Pediu e pôs em voto o deputado Carito salientando o propósito de iniciativas no sentido dos jovens e chumando a abertura para a discussão, até agora, de um político de apoio à juventude no Concelho.

Portanto a votação foi a seguinte aprovada por unanimidade com a seguinte redacção: «Proposta - Tendo em conta a situação dos jovens do nosso Concelho, em que durante os últimos quatro e cinco dias de dia haja os motivos para uma ocupação cultural digna de uma preferência para o futuro, propomos à Assembleia Municipal, na sua reunião de hoje, para que aprovada o seguinte: I - Turismo - Incentivar, promover e colaborar com o Concelho Municipal para que sejam criados concursos anuais sobre o Histórico do Concelho de Aldeia do Chão; Segundo - Lançar um concurso à juventude do Concelho que, em colaboração com a juventude do nosso Distrito, formem um conjunto das o respetivas necessidades afim de contribuir com o seu espaço para um melhor conhecimento da nossa região; Terceiro - Que o Concelho Municipal tenha em abertura que é a população do Concelho esti-

15/06/90

envelhecida e há que dar prioridade aos problemas da Juventude a fim de que aumentem os residentes jovens? Pedi-lhe a palavra o deputado Portas para pedir a Mesa que seja representante da Assembleia em tudo o que é acto público, facto que reporte de imediato e que, disse, considera faltar de respeito.

A Presidente da Mesa, em resposta, disse ser difícil, devido aos seus afazeres profissionais, comparecer a todo o acto público.

Passou-se, depois, a votar os actos da sessão anterior. Após este é feita a votação para a mesma aprovação por descreve votar e falar e uma abstenção da Deputada Matriz.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Câmara, começou por dar conta à Assembleia das decisões já tomadas no âmbito do projecto relativo à Escola Profissional Agrícola embora a definição total do investimento, que inclui também o edifício, não esteja completamente definido.

Vai-se assim falar abordando na sua intervenção, relativa à dificuldade financeira de todos os Câmaras, das decisões que mesmo assim têm que ser feitas, como o P.D.M., por exemplo, que será feito e demonstrado.

As iniciativas da Câmara, registam o Encontro de Bandas, os Jornos Florais do Municipio e a representação na Feira. Referiu, depois, uma proposta recebida pela Câmara de parte da Intendente, que se propõe fazer no Concelho, cerca de catorze contabilidades, na ordem dos cincuenta e dois a cinqüenta e três contra o mesmo quadro, por cada freguesia, precisando para tanto de terreno próprio, cedido pela Câmara, ofício do projecto e disponibilidade de funcionários para o levantamento e freguesias que definiram as possibilidades do levantamento serem ou não feitas.

Somou e pôs a votar o Presidente da Mesa, como membro da maioria, Comissão para acompanhamento do Projecto e

15/06/90

estabelecem entre a Câmara e os investidores no projecto de uma estalagem na Fazenda do Lago, perguntando se, segundo seu constar, o preço do terreno foi concedido pelo preço de cincuenta escudos o metro quadrado. Quanto ao feito contrato de desenvolvimento de Habitação com a Entidade manifestou-se sócio com o desenvolvimento por grandes empresas da vontade das Câmaras revolucionar os problemas habitacionais das suas populações, não sendo questionado devidamente o problema que isto pode acarretar para o pequeno empresário de Construção Civil do Concelho e para os empregados na mesma área. Desta forma referido preço ainda, segundo disse, que o preço até nem é abusivo e que o espoliação do terreno é feita sem as devidas compensações para as populações. O segundo Secretário, deputado José Serraz, pediu a palavra para, ainda no âmbito do assunto anterior, atendendo ao custo previsto das habitações, concluir que este é mais um sentimento para que sejam as Câmaras a financiar as empresas que, de resto, vão arcar os bens à custa do dinheiro público, achando muito mais correcto o já aqui seguido sistema de auto-construção em em alternativa, e constituição de cooperativas. Pediu ainda justificação para o facto de ter sido dado um subsídio de vinte contos para um concurso de pesca e ter sido negado um subsídio às escolas.

O deputado José Afonso mostrou-se surpreendido pelo facto de, pertencendo à Comissão de acompanhamento, à Doutora Inês Guimarães, não ser conhecedor do preço concedido para o terreno da Fazenda do Lago.

A Presidente da Mesa explicou que na reunião havida o preço ficou por definir, deixando-se isto ao critério do executivo com a recomendação de que o mesmo não fosse o preço de saldo. Aconsentou que outros possam fazer aferição e citou, por exemplo, a imobilidade de 10% sobre o custo da justa da trabalhos e constituir venus

15/06/90

caríssimo para população de Alter do Chão.

O deputado José Afonso, no uso da palavra, perguntou se não estavam a facilitar demais estas iniciativas de carácter duvidoso. Aludiu de seguida à questão que se lhe

deparou numa placa de Estrada da Ponte de São Justificando o seu estado de miséria com os temporais.

O deputado Naciso Cardoso pediu esclarecimento para os contentores junto do Hospital que se apresentaram demasiado cheios e com lixo à volta o que justificou, segundo disse, naquela área, mais um contentor, devido ao fechar dos adiuvantes. Perguntou ainda como está o processo eletrônico do funcionário do cemitério.

O deputado José Edmundo pediu a palavra para perguntar se os terrenos da Fazenda do Lago já tinham sido vendidos.

O deputado Capita pediu a palavra para, ainda em relação aos terrenos e alienações ou alienações pela Câmara, chamar a atenção do executivo para uma boa gestão neste campo, visto grande parte desses terrenos terem sido adquiridos com evidentes sacrifícios dos dinheiros públicos, através de empréstimos, alguns ainda em pagamento, não subscrevendo entre Assembleias qualquer atitude menor sensata.

O deputado José Afonso perguntou para onde pertencia a zona do projecto das feiras e mercados visto o terreno em causa, compreendendo para o efeito, estar a zona em vias de ser vendido.

O deputado Donato Vazinho pediu a palavra para formular três perguntas concetas ao Senhor Presidente da Câmara: Primeira - Qual é actualmente o preço médio do metro quadrado para construção?

Segunda - Se a Fazenda do Lago já foi vendida

Terceira - Qual foi o preço do metro quadrado.

A Presidente da Mesa achou por bem esclarecer a Assembleia sobre o Protocolo entre a Câmara e os fundadores da Fazenda do Lago, fazendo um resumo do mesmo. Assim, disse ter ficado acordado o preço de seis meses para a apresentação do Projecto, após a data da apresentação, podendo

15/01/90

ser negociável até depois das obras; o prazo de desconto iniciais para o início das obras e, entre este e a conclusão, ser de três anos o tempo concedido. Em relação aos bens polémicos e nela se inclui o preço do terreno, ficou decidido na Câmara o acordado do mesmo, ficando, porém, no ar que o Preço nunca poderia ser inferior a duzentos e cinqüenta escudos o metro quadrado.

O deputado José Eduardo perguntou ainda se o Protocolo fizesse efeito pela entidade conferadora e se se haviam fixado os montantes das multas.

O deputado José Ácio perguntou também qual é opinião do Executivo sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara quis responder às perguntas, mencionando que o Protocolo está ainda por assinar e que embora estiverem feitos, e ultrapassando o prazo para pagamento, o terreno ainda não foi pago.

Entretanto quisera ler o Protocolo acordado onde foram referidos os preços já revelados pelo Doutor José Góis. Revelou entretanto que o terreno foi vendido por cinqüenta e cinco escudos o metro quadrado, de acordo com um Projecto de incentivo ao investimento aprovado no mandato anterior, onde o preço previsto é de cinqüante escudos, concordando ele mesmo com este, pois pensa que um Concelho como o nosso, é única forma de conseguir investimento e' assim mesmo: com incentivos.

Em relação à Sustentabilidade disse ser a mesma uma firme idéia e laborosa ao nível da Zona e outras Concelhos e que, apesar de parecer caro o preço das habitações, ele pensa que o risco que a Empreza corre de vender estas casas é pequeno, o justificou.

Isto ainda que o projecto é a Empreza terceiro que tem o aval do Instituto Nacional de Habitacção e, em relação ao seu manifestar pelas Doutores José Góis neste caso, pouco podendo ser feito, pois no Concelho não temos empregatários com alvarás para este tipo de obras.

15/06/90

Em sua opinião e depois de contactos com o Viceroy, tem que haver perspectivas de não devolver a ser feito um reembate acidental da estrada do Bub de São João que respeite ao funcionamento da Escola Agrícola, embora com dívidas ainda, pensa que o FID assumiu-se sempre por certo e o Gobernante foi certo. A Cimara fez-se o projecto contando com o Gobernante tal. — Não conhece a problemática do contentor, lamentou o facto das actas das Assembleias não lhe terem sido enviadas e, quando é feita, não há ainda planeado, embora todos os zones onde se realiza actualmente fique uma vanguarda quando houver um mercado.

A Doutor Henrique da Luz pediu a palavra na qualidade de representante do processo levantado do Conselho dos Cimares para dar conta do decorrer do mesmo com a audição de várias pessoas e que seja uma certa imparcialidade. Referiu entretanto a conclusão de um anterior Processo Disciplinar ao mesmo empregado, com a aplicação de uma multa de quarenta mil escudos, tudo ainda o Tribunal de Fronteira condenado o mesmo em cinqüenta e seis dias de prisão em cinqüante e um mil escudos de multa.

A deputado Joaquim Vieira alertou a Cimara para os burocracias que existem no Mercado para os projectos estar sendo isto causado já alguns problemas com cidadãos.

O deputado José Eduardo Ribeiro soube este um problema já exposto por ele e que continua por ser解决.

O Presidente da Câmara lamentou o estado miserável e perigoso do Parque Infantil.

O deputado Osório a propósito das actas das Assembleias informou que o livre das mesmas estiver na Câmara para serem tiradas fotografias mas ninguém o fez, o que ele próprio fez.

Deu-se inicio ao segundo Ponto da Ordem de Trabalhos pedindo a palavra o deputado Pedro. Começou por

15/05/90

Lembrou que em anterior reunião à Assembleia constatou-se a real necessidade de um empréstimo mas não o quantitativo do mesmo, perguntando por isso ao Executivo, como se chegou a este montante e que despesas vai o mesmo cobrir. Analisando o documento enviado pergunta ainda o porque do reforço de determinadas verbas.

O Deputado Vaiáinho interviu, de repúdio. Disse ser certo que, despesas já feitas ou planejadas têm que ser assumidas mas não se pode esquecer que a importância é muito grande, quase um terço do orçamento, sendo, por isso, um ótimo exemplo a犯ir na gestão futura. Evidentemente é na análise do documento, vi que, faz dezenas, e verás o reforçado com vinte mil contos, um quinto do empréstimo, perguntando se a Câmara quer constituir-se como a principal proprietária de terrenos no Concelho. Encerra este pedido como excepcional mas recomenda ao Executivo para cuidar e sua gestão evitando vir novamente à Assembleia pedir verbas para cobrir despesas.

O deputado José Eduardo perguntou entretanto se se pode atribuir a alteração orçamental proposta seu então presidente o empréstimo e se já foi considerado o empréstimo para a construção do depósito farto em Alter.

O deputado José Afonso perguntou qual parte do empréstimo é em que condições pode usufruir de juros bonificadores.

No final das diversas questões o Presidente da Câmara respondeu que abordar o quantitativo do empréstimo que, disse, acaba por resultar depois do estudo feito pelo técnico, estudo em que criticava em cerca de dez mil contas a necessidade imediata da Câmara.

A questão levantada pelo reforço de verbas para dezenas, disse, justifica-se pela previsão aquisição do espaço necessário para a Barragem do Zambujal, obra que será também de difícil e onerosa solução, quer se faça,

15/06/90

que na reunião dos territórios que é mesmo o que se,
e dividir pela contagem já estabelecida.

Em segundo o empréstimo e contagem para o devido
fazer, o menor entre os tribunais de contas.

O conhecimento que tem sobre financiamento bonificada,
sabe que existem em existem, mas afirma para obter
do O.I.D. especificadas a cinqüenta toneladas.

Entendendo disso diz, que o problema financeiro das
Câmaras contas é devoção da responsabilidade em
todo o país e que é consensual nos meios autárquicos
que devem ser tomadas medidas urgentes a fim de repor
a tranquilidade no Poder Local.

O deputado Pedro chama a atenção para a
subordinação de empréstimos no Orçamento Municipal.

A Presidente da Mesa fez o imediato referido da
Ponta do Rio e disse de ordem de trabalhos já que é
discussão dos menores efeitos que são feitos em simultâneo.

O ponto da Ponta do Rio: pedido de autorização de Câmara para contrair
um empréstimo de seu nível contas, após votação, foi
aprovado com seis votos a favor e onze abstenções.

O ponto três: Apresentado e votado da Piumirim férias do
Orçamento do Município para o ano de mil novecentos e
noventa, após votado, foi também aprovado com seis votos
a favor e onze abstenções.

Para declaração de voto inscreveram-se vinte deputados
municipais:

Diz que é falso o deputado Pedro, este justificou a
sua abstenção pelo questionamento do empréstimo, que
ele é esgotado, embora reconheça que é a situação
existir uma colisão, devido às demissões dentro
das suas competências.

O deputado Antônio Góes no final do que disse o deputado
de bancada disse que qualquer aumento financeiro
que seja feito unilateralmente, sem devido, sob
fazer de se fornecer fundos.

15/06/50

O deputado José Afonso justificou o voto da bancada PSD como se de um ato de se desse, para que a Círculo e o Partido Socialista tivessem mais cuidado no futuro.

O deputado José Afonso respondeu à sua confusão no Círculo dizendo que a dúvida seria sobre quem deve pagar.

Frisou ainda que seria bom a população saber que, se a Pissina e o Cine-Teatro não permanecem isto se deve apenas à bancada do Partido Socialista.

O Deputado Vazinho voltou a repetir o perigo do elevado montante em causa, justificando a sua abstenção como uma demonstração de atenção à Círculo para o encerramento financeiro que é factível ser feito imediatamente.

O deputado José Eduardo pediu ao relator para que o Partido Social Democrata disse para este enquadramento visto ter sido o Partido Socialista a criar esta grave situação e não oferecer o mesmo garantias de não se endividar ainda mais. E o deputado, disse, que Alter era já em setembro o que era uma das mais modernizadas vilas do Distrito e vivia-se que a obra do Partido Socialista não havia sido a mais eficaz. Reminhou pedindo contagem nas despesas.

O Deputado Braga concluiu para dizer que a Círculo embora de maioria Socialista nunca o foi de maioria absoluta e que não transparece qualquer tipo de absolutismo na actividade de mesma por parte do Partido Socialista.

Pontando pensou que as responsabilidades são divididas e se a alguém se deve apontar o dedo esse alguém é o Governo, que sobrecarrega as Autarquias com competências sem dar compensações financeiras.

Não Mais havendo a dúvida o Presidente da Mesa denunciou encerrado o sessão, em duas horas de reunião, e de maneira a levantar o acto que vai ser arquivado.

*Spengler
José Calisto Vazinho
Foi Assinado da Sra. Eng.*